



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARIA GENIVANIA SILVA DE MATOS PINO

**CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
(1972-2020)**

SÃO CRISTOVÃO - SE
MARÇO DE 2020

MARIA GENIVANIA SILVA DE MATOS PINO

**CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
(1972-2020)**

Artigo científico apresentado ao curso de
Licenciatura em História da Universidade
Federal de Sergipe.

Orientadora: prof. Ma. Maria Izabel Ladeira silva.

SÃO CRISTOVÃO – SE
MARÇO DE 2020

Casa de Cultura João Ribeiro: História, Memória e Patrimônio

(1972-2020)

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar a história da Casa de Cultura João Ribeiro, sua importância como instituição cultural e lugar de memória. Situada na cidade de Laranjeiras/SE a Casa de Cultura João Ribeiro contribui significativamente para preservar e difundir a cultura local. Com a sua principal função de promover atividades culturais no meio estudantil, promover pesquisas, cursos, seminários, conferências, preservar manifestações culturais e criar meios para manutenção e desenvolvimento da cultura da cidade. A Casa de Cultura João Ribeiro desempenha um importante papel no processo de defesa da memória do intelectual em Sergipe e proporcionar uma reflexão sobre a importância de João Ribeiro no cenário cultural brasileiro.

Palavras-chave: João Ribeiro. História. Memória. Patrimônio.

1 - Introdução

O presente trabalho tem por finalidade analisar a história da Casa de Cultura João Ribeiro, sua importância como instituição cultural e lugar de memória. A Casa de Cultura João Ribeiro tem como finalidade difundir e preservar a cultura de Laranjeiras, cidade onde está localizada. Com o seu principal objetivo de promover atividades culturais no meio estudantil, promover pesquisas, cursos, seminários, conferências, criar meios para manutenção e desenvolvimento da cultura local, cooperar com as instituições culturais existentes ou que venham a existir no município e preservar manifestações culturais. Além de desempenhar um importante papel no processo de defesa da memória do intelectual João Ribeiro em Sergipe, através de peças, obras e documentos que reúne em seu acervo.

A cidade de Laranjeiras, berço da cultura sergipana e do luxo da aristocracia açucareira, já foi conhecida como “Athenas Sergipana” e atualmente também chamada de “Museu a Céu Aberto” pelo conjunto arquitetônico de importante valor histórico-cultural que possui. A cidade de Laranjeiras foi tombada pelo governador do Estado de Sergipe Paulo Barreto de Menezes, através de Decreto nº 2.048 de 12 de março de 1972. A Casa de Cultura João Ribeiro, como parte deste contexto, foi incluída como patrimônio

da cidade e considerada a partir desta data como monumento histórico e instituição cultural. O tombamento se deu: devido ao valor arquitetônico e histórico atribuído ao conjunto, representado pelo casario do século XIX, pelo cenário monumental religioso do século XVIII, por se tratar de uma cidade patrimônio, que possui vários monumentos antigos, tais como: prédios com arquitetura e residências, ruínas de antigos trapiches, também mantém aberta diversas instituições ligadas à cultura, como o Terreiro Filhos de Obá, Museu de Arte Sacra, Museu Afro-brasileiro de Sergipe. A cidade de Laranjeiras teve seu território tombado desde 1996, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É nesse contexto que se destaca no presente trabalho a Casa de Cultura João Ribeiro que compõe parte do cenário urbano de interesse patrimonial da cidade de Laranjeiras.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é analisar a história da Casa de Cultura João Ribeiro, sua importância como instituição cultural e lugar de memória.

Na ocasião em que eu estava cursando a disciplina História e Historiografia sergipana, o professor Fernando Sá incluiu João Ribeiro no programa e ao falar sobre o autor despertou-me a curiosidade em conhecer a produção intelectual desse ilustre sergipano. João Ribeiro se destacou entre os intelectuais de sua geração, foi um historiador multifacetado, comprometido com a sua época. Podemos considerá-lo um homem à frente do seu tempo, pois, a modernidade de seu trabalho é sempre um campo aberto para novas indagações.

No estado de Sergipe há pouca produção acadêmica sobre João Ribeiro, o trabalho mais recente encontrado foi no livro *Capítulos de História da Historiografia Sergipana* do professor Fernando Sá (2013) no qual em seu primeiro capítulo temos uma abordagem sobre João Ribeiro e a historiografia no Brasil. Por outro lado, no que se refere à instituição criada em homenagem a João Ribeiro, destacam-se várias produções como: o livro *Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro* (1999) da professora Verônica Nunes, *O Tratamento do Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro* (2014), *Uma Investigação da Memória de João Ribeiro a Partir de seus Vestígios Distribuído no Território Sergipano* (2012), *A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro* (2014), *A casa de Cultura João Ribeiro Como um Agente Formador de Memória* (2012), de Tayara Barreto, *Casa de Cultura João Ribeiro* (1999), de Maria Sônia Carvalho.

Por se tratar de uma instituição cultural que recebeu o nome de um intelectual local, escolhi neste artigo trabalhar sobre a Casa de Cultura João Ribeiro: História,

Memória e Patrimônio. Considero esse tema relevante pois permite uma reflexão sobre a importância dos lugares de memória. Pretendo através desse trabalho contribuir para ampliar o conhecimento, facilitar o acesso de quem pretende estudar a obra de João Ribeiro, mostrar a importância de salvaguardar a memória deste sergipano ilustre além de estimular a curiosidade de quem deseja saber mais sobre a instituição, pois o acervo documental reunido no pequeno museu tem muito a nos dizer.

Neste trabalho, serão utilizados os conceitos de Patrimônio, História e Memória. A palavra patrimônio vem do latim -patrimonium- e significa “herança paterna, riqueza”. Entre os antigos romanos, patrimônio se referia “a tudo que pertencia ao pai, o pater famílias, pai de família” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11). Percebemos que, na sua origem, o conceito estava relacionado com o âmbito privado e com a nobreza, e a sua transmissão limitava-se a família patriarcal, constatando que, naquela época, não havia noção de público no conceito de Patrimônio.

O conceito moderno de Patrimônio é originário da Revolução Francesa no final do século XVIII. São nas transformações, utilizadas pela Revolução, que encontramos a origem da conservação dos monumentos, concepção de Patrimônio associada a apropriação coletiva. Os comitês revolucionários de 1790 a 1792 inauguraram a noção de “nacional”, ou seja, firmou-se à palavra patrimônio a ideia de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação.

De acordo com Françoise Choay com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos em 1937 na França, foi instituída a conservação de três grandes categorias de monumentos históricos: os remanescentes da antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média, e alguns castelos, cuja ênfase está na arquitetura. Esse conceito prevaleceu até 1960, quando foi constituída uma comissão que estabeleceu “critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo”. (CHOAY, 1996, p. 13). O conceito de Patrimônio foi sendo alterando com o passar do tempo, a grande mudança se deu com a necessidade de não ser visto apenas como bens culturais e sim abranger outros aspectos como: patrimônio imaterial e intangível, e também retratar a Memória e a identidade de um povo, ampliando assim, o conceito de Patrimônio na sua totalidade.

No Brasil, a ideia de Patrimônio esteve associada a tudo aquilo que se relaciona com a herança cultural ibérica, isto é, os objetos estavam relacionados apenas ao período colonial. O marco temporal da ação patrimonial foi a década de 1930 indo até os anos de 1970. Prioritariamente, foram eleitos exemplares arquitetônicos representativos do

período colonial. Os anos 70 do século XX colocaram novos interesses no universo do Patrimônio. Ao mesmo tempo, as manifestações culturais populares, artesanato, ritos, festas, que até esse período eram objeto de estudo de folcloristas e etnólogos, passaram a ser merecedoras de uma maior atenção e consideradas como Patrimônio.

O primeiro órgão voltado para a preservação do Patrimônio no Brasil foi criado em 1933, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), instituída pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, era uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN) e tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), chamado inicialmente de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) fundado pela Lei nº 13 de janeiro de 1937 e vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde. Trabalha em parceria com a União, Estados, Municípios, a comunidade e o setor privado, buscando apoio e investimento na ampliação de uma rede de proteção e valorização do Patrimônio. A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo artigo 216 da Constituição Brasileira, que define Patrimônio Cultural a partir de suas formas de expressão, de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do Patrimônio Histórico e Artístico do país.

O conceito de Patrimônio evoluiu, a noção de Patrimônio avança do seu sentido meramente econômico para compor tudo aquilo que deve ser “protegido”, a partir desse momento, o reconhecimento e a valorização são pontos fundamentais para a construção social do Patrimônio e sua comunicação, produzindo no indivíduo uma consciência sobre esse Patrimônio a partir da salvaguarda da memória, e que também somos agentes da sua preservação.

A palavra Memória vem do latim (*memoria*) é a faculdade psíquica através da qual se consegue reter, lembrar, recordar o passado. Para Le Goff o conceito de Memória é crucial. Ele afirma que o conceito de Memória nos remete, a um fenômeno individual e psicológico.

A Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990, p. 429).

Ao cunhar o conceito de “lugar de memória” Pierre Nora compreende que a sociedade perdeu seus meios para Memória e a passagem do tempo faz com que as necessitem dos lugares para recordar as lembranças, Memórias, onde estes, lugares passam a sensação de continuidade segura. Para Norra (1981) o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de Memória porque não há mais meios de memória.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências de repentinas revitalizações (NORRA, 1981, p. 9).

Pierre Nora é um dos grandes teóricos que refletiram acerca do tema, no artigo “Entre Memória e História - a Problemática dos Lugares” de 1993, ele afirma que a curiosidade pelos lugares onde a Memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história, o momento da articulação onde a consciência da ruptura do passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação.

Diante do exposto nossa pesquisa pretende destaca a importância da Casa de Cultura João Ribeiro como instituição cultural e lugar de memória. A Casa João Ribeiro apresenta-se como instituição cultural voltada para a preservação da memória de seu patrono, mantém uma exposição de longa duração sobre a vida pública e privada de João Ribeiro, através da qual apresenta e comunica a memória de seu homenageado. Partindo do princípio de que as sociedades tendem a conservar seu Patrimônio Cultural e a transmiti-lo como forma de preservar coisas e valores. A Casa de Cultura João Ribeiro é um instrumento de preservação da Memória do mestre, bem como um importante meio de produção intelectual responsável por contribuir com a manutenção do patrimônio cultural já existente na cidade de Laranjeiras. Dessa forma, procura-se refletir acerca da importância da fundação da Casa de Cultura João Ribeiro que, além de preservação da sua obra e manutenção da sua Memória, amplia a possibilidade da sociedade sergipana

valorizar ainda mais a história local, a partir de seu objetivo que é preservar o acervo documental, bibliográfico e artístico do seu filho ilustre, é também fonte de pesquisa, estudo e informação.

2 - Vida e obra de João Ribeiro¹

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu em 24 de junho de 1860, na cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe e faleceu em 13 de abril de 1934 no bairro Laranjeiras no Rio de Janeiro, filho de Manoel Joaquim Fernandes e Guilhermina Rosa Ribeiro Fernandes, órfão de pai, passa a morar na casa do seu avô materno Joaquim José Ribeiro com sua família. A cidade de Laranjeiras foi o berço da sua formação intelectual estudou Francês e Latim, música, onde aprendeu a tocar flauta, órgão, piano. Concluiu o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense em Aracaju. Desde então João Ribeiro já se dedicava ao jornalismo, escrevendo para um jornal estudantil e depois para o Jornal Laranjeirense, antes dos 20 anos de idade estreou como dramaturgo, escrevendo os três atos restantes de um drama iniciado pelo português Couto da Rocha,

Em 1880, João Ribeiro cursou por um ano Medicina na Bahia, e em 1881, Engenharia no Rio de Janeiro, desistiu de ambos por se considerar inapto para estas profissões. Ele chegou ao Rio de Janeiro em 1881 aos 21 anos de idade, passou a dedicar-se ao jornalismo e ao estudo do vernáculo. A partir da década de 1880, passou a desempenhar um papel de destaque no panorama cultural do país tornando-se professor e jornalista destacado na sociedade carioca. Cinco anos depois foi aprovado em concurso para oficial de secretaria na Biblioteca Nacional, publica os primeiros artigos sobre filologia, e exerce também o cargo de secretário do Instituto Filológico Brasileiro.

Na condição de jornalista, João Ribeiro passou pelos principais órgãos da imprensa no Rio de Janeiro ao lado de intelectuais como: Machado de Assis, Lucio de Mendonça, Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, Rodrigo Octavio. Trabalhou no Jornal o Globo, no A Época, Gazeta de Notícias, A Semana, Correio da Manhã, Imparcial, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, Gazeta da Tarde, Correio do Povo, O País, Jornal do Comércio, no Dia e no Comércio de São Paulo, colaborou com diversas revistas: Bibliografia Brasileira, Revista Sul Americana, O Mundo Novo (em Berlim) Revista de Língua Portuguesa (Laudelino Freire), Ciências e

¹ Ribeiro, Joaquim. 9 mil dias com João Ribeiro (1934); Silva, Roberto Cândido. O Polígrafo Interessado (2008)

Letras (dos Beviláqua), Revista da Academia Brasileira, Revista de Filosofia, Revista Souza Cruz e dirigiu os Almanques Garnier de 1907 a 1917.

Suas obras de destaque são : Gramática Portuguesa (1887), Estudos Filológicos (1887), Dicionário Gramatical (1889), História Brasil (1900), Páginas Estéticas (1905), Frases Feitas I (1908), Frases Feitas II (1909), Fabordão (1910), A Língua Nacional (1921), Notas de um Estudante (1921), Colméia (1923), Cartas Devolvidas (1926), Curiosidades Verbais (1927) e Florestas de Exemplos (1931). No campo das Letras João Ribeiro teve importância indiscutível tornou-se especialista em Português, Latim, Francês, Espanhol, Italiano, Provençal, Catalão, Alemão, Inglês e Tupi, também se dedicou ao estudo da Geografia, Geologia, Antropologia, Paleontologia etc.

Ele também se dedicou ao Magistério, dando início a sua carreira de professor em colégios particulares, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro em 1881. Submete-se a concurso para a cadeira de Português em 1887 no Colégio Pedro II, na época, principal instituição de ensino do país, onde se evidenciou como docente. Contudo foi nomeado três anos depois, em novembro de 1890 a professor de História Universal. Foi também professor da Escola Dramática do Distrito Federal, cargo que ainda estava em exercício quando faleceu.

Geralmente definido como: filólogo, poeta, tradutor, gramático, artista, romancista, pintor, historiador, jornalista, crítico literário, folclorista, professor, o escritor, escultor, músico e etc. Todas as atividades intelectuais desenvolvidas ao longo de sua vida, estiveram atreladas as suas profissões mais significativas; a função de jornalista e de professor, estas profissões foram exercidas de forma contínua até a sua morte.

Em 1895, João Ribeiro foi enviado para a Alemanha pelo governo para estudar o sistema educacional. Durante suas viagens a Europa ele aproveitou para frequentar cursos de pintura, ministrado por Wildeburd Wink (Berlim 1895), e pelo professor Bartezzago (Milão 1901), com as aulas de pinturas que teve com Batista da Costa no Brasil e a bagagem adquirida no exterior, João Ribeiro cria expectativa de se tornar um pintor reconhecido. Porém, quando expôs algumas de suas telas, em 1900, não conseguiu arrancar elogios positivos da crítica.

A partir daí, fez inúmeras viagens à Europa, ora em missões oficiais, ora por motivos particulares. Viagens que aconteceram após o seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1894). João Ribeiro representou o Brasil no Congresso de Propriedade Literária de Dresden (1895), na

Alemanha, Congresso de Catálogo das Ciências na Royal Society de Londres (1896) e no conflito anglo-brasileiro da Guiana Inglesa a convite de Joaquim Nabuco (1901).

Ele alimentava o sonho de morar fora do Brasil, para isso se desfez de parte da sua biblioteca e na última viagem que fez a Europa passou pela França e tentou radicar-se com a família em Genebra sendo impedido devido as desordens causadas pela Primeira Guerra Mundial em 1914. Desde que mudou para o Rio de Janeiro em 1880, João Ribeiro nunca mais retornou a sua terra natal, Sergipe foi ficando só na memória do poeta. De acordo com Joaquim Ribeiro (filho de João Ribeiro) em seu livro *Nove mil dias com João Ribeiro* “o que fez meu pai fixar raízes na metrópole foi o amor pela esposa e pelo saber”, se referindo aos livros, a biblioteca.

Em 08 de agosto de 1898 João Ribeiro foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, foi o segundo ocupante da cadeira 31, após a morte de Luiz Guimarães Junior, sendo ele o primeiro acadêmico a ser eleito após a fundação da instituição em 1897. Ele foi socio colaborador de várias instituições: da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Rio de Janeiro e de São Paulo, da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociedade Hispânica da América, da Academia Sergipana de Letras e da Academia Brasileira de Letras.

Pode-se dizer que Joao Ribeiro foi apresentado ao universo intelectual do Rio de Janeiro por Silvio Romero, quando em 1881, publicou um artigo elogioso, na Revista Brasileira, sobre os versos de João Ribeiro reunidos em uma coletânea com o título “Idílios Modernos”. João Ribeiro teve seu primeiro contato com a cultura alemã através de Silvio Romero e Tobias Barreto, seus principais influenciadores, essa conexão se consolidou com as viagens que fez a Alemanha, entre 1895 e 1897. O contato dele com o historicismo alemão rendeu uma vasta experiência ao historiador sergipano, possibilitou ampliar a sua visão de conceitos de história e abranger todas as formas de cultura.

João Ribeiro fez, uma carreira exitosa como homem de Letras, mas a fortuna adquirida durante toda a sua trajetória de vida, serviu para enriquecer apenas os seus editores. Faleceu em 13 de abril de 1934, desprovido de riqueza, tendo as despesas do seu funeral, custeadas por um de seus últimos empregadores: o Jornal do Brasil, onde exerceu a última fase de atividades na imprensa desde 1925. João Ribeiro foi sepultado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro. No ano em que faleceu, dos 16 filhos que teve, oito ainda estavam vivos, eram eles: Vera Marta, Betty, Emma, Xavéria, João, Manuel, Joaquim Ribeiro e Antônio João.

A vasta obra produzida pelo escritor sergipano foi tão abundante que a edição completa de suas obras organizadas por Mucio Leão a partir de 1952, para a Academia Brasileira de Letras, chegou a 59 volumes. O jornalista Mucio Leão é considerado o principal admirador e biógrafo de João Ribeiro. Junto com Joaquim Ribeiro buscou manter vivo o legado intelectual do historiador e ilustre homem das letras.

Em virtude do que foi mencionado, percebe-se que João Ribeiro foi um dos principais intelectuais do final do século XIX e início do século XX nas áreas de História e Letras no Brasil. Durante a sua trajetória o professor João Ribeiro empenhou-se em contribuir para a construção da nacionalidade, direcionando a sua produção intelectual principalmente para a esfera da História e dos estudos linguísticos. Marcada pela erudição sua obra dissertava sobre poesia, folclore, literatura, história, gramática, filologia etc. João Ribeiro assim como vários intelectuais da época foi para o Rio de Janeiro, e como um dos maiores centros culturais do país a capital carioca possibilitou, o historiador sergipano a traçar uma trajetória de sucesso principalmente no desempenho das funções como jornalista e professor colaborando para delinear a cultura brasileira.

3 - História da Casa de Cultura João Ribeiro²

Em reunião da sessão extraordinária no dia 14 de dezembro de 1971, membros do Conselho Estadual de Cultura, Professora Nubia Marque (Presidente do Conselho), José Augusto Garcez, Otaviano Canuto dos Santos, Antônio Amaral Cavalcanti, Wagner Oliveira Lima Neto, Severino Pessoa Uchoa, Luiz Eduardo de Oliveira, Antônio Carlos Plech, José Santos Souza e Maria Diná Menezes, discutem sobre o parecer do tombamento de bens históricos da cidade de Laranjeiras, onde refletem também acerca do tombamento da Casa de Cultura João Ribeiro.

Visando a conservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Laranjeiras o governador do Estado Paulo Barreto de Menezes nomeou sob o Decreto de 27 de março de 1972 reúne uma comissão de técnicos e especialistas para fazer um levantamento do Patrimônio da cidade, composta pelos seguintes membros: Engenheiro Sérgio Barreto de Melo, Superintendente e Presidente da SUDOPE, Professor Irineu Martins de Lima, Diretor da E.T.F.S, Professora Beatriz Goes Dantas, Representante da

² Celestino, Tayara Barreto. Do Objeto ao Documento (2014); Diário Oficial de Sergipe (1972); Estatuto da Casa de Cultura João Ribeiro (1974); Regimento da Casa de Cultura João Ribeiro (1988).

UFS, Arquiteto Claudio Rezende, S.E.C, Professora Núbia Nascimento Marques, Diretora do D.C.P.H, e o Jornalista Pedro Paulo Valverde.

A Casa de Cultura Joao Ribeiro foi fundada durante a gestão do governador Paulo Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 2.726 de 27 de novembro de 1973, com a função de difundir a preservar a cultura de Laranjeiras, conscientizar a população da importância de preservar sua história, as tradições e o Patrimônio local. Devido ao processo de restauração do prédio, dotando o espaço físico de condições para acomodar o acervo e receber o público visitante, a Instituição passou a desenvolver suas atividades só a partir do dia 9 de agosto de 1974 (data da inauguração), a Casa de Cultura João Ribeiro não tem tombamento individual, pois todo prédio histórico localizado em Laranjeiras é tombado pelo Decreto nº 2.048 de 12 de março de 1972.

O imóvel que abriga a Casa de Cultura João Ribeiro, foi propriedade dos pais de João Ribeiro, passou a pertencer ao governo do Estado de Sergipe, conforme certidão no registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras, livro 3-C, folha sessenta e dois (62), sob o nº 329. Situada a rua João Ribeiro (antiga rua Cangaleixo), A Casa de Cultura João Ribeiro em sua abertura reunia em seu espaço duas unidades: um Mini-Museu dedicado à Memória de João Ribeiro, com exposição permanente e temporária ao visitante em geral, e a Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR), com o seu acervo bibliográfico disponível para ser utilizado pela comunidade estudantil, composto por obras de literatura, livros didáticos, periódicos e livros de referência, totalizando 8.336 volumes.

Funcionando desde 1974 na Casa de Cultura João Ribeiro a Biblioteca Pública ocupa mais da metade do espaço físico do Centro. Dos 175 m² de área construída da Casa de Cultura João Ribeiro, a Biblioteca ocupa 104 m², mais da metade do espaço físico da Casa, restando apenas 48 m² para o museu e 23 m² para recepção e área de serviços (copa/cozinha e banheiros). (NUNES e CARVALHO, 1999 p. 29).

Com relação ao espaço, a solução veio com a construção de um anexo comportando 91 m², com entrada independente, no terreno localizado ao fundo da Casa de Cultura João Ribeiro, possibilitando o acesso a Instituição pela Rua Pereira Lobo. Mesmo com a ampliação do espaço, por precaução foi necessário transferir a Biblioteca para um prédio específico, situado a Rua José do Prado Franco. De acordo com a Museóloga Maria José dos Santos, diretora da Casa de Cultura João Ribeiro “devido as enchentes do rio Cotinguiba, que passa próximo a Casa de Cultura João Ribeiro, havia o risco de perda do acervo bibliográfico, visto que, em uma das enchentes, a água chegou

até a casa e o acervo por pouco não foi atingido”. A transferência do acervo da biblioteca permitiu a utilização de um maior espaço dedicado à exposição de longa duração com a temática sobre João Ribeiro.

Desde da sua fundação a Casa de Cultura João Ribeiro passou por algumas reformas. Três placas oficiais guardam um pouco da história do lugar, indicando as mudanças de nomenclatura com o passar do tempo. A primeira, faz referência à recuperação da Casa de João Ribeiro, concluída em 1972, a segunda é sobre a reforma e ampliação do Casa de Cultura João Ribeiro, datado de 1989, e a terceira placa consta informações sobre a última reforma realizada em 2003, nomenclatura que permanece nos dias atuais. Segundo notícia da época, quando o espaço foi reaberto ao público no ano de 2004, após seis meses fechado para reforma, “o Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, reinaugurou na manhã da última quinta-feira, dia 18, a Casa de Cultura João Ribeiro, o espaço recebeu um investimento de cerca de R\$ 25,1 mil, para obras de troca de assoalhos – totalmente comprometidos pela ação de cupins – pintura em geral e mão de obra”. (INFONET, 2004).

Administrada pelo Governo Estadual, na sua criação a Casa de Cultura João Ribeiro foi integrada ao Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico/DCPH, em seguida passou a pertencer a Assessoria Cultural, a Subsecretária de Cultura e Arte/SUCA e a Fundação Estadual de Cultura/FUNDES. Em 1987 passou a fazer parte da Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente. Mesmo com a criação da Secretaria Especial de Cultura em abril de 1993, a Instituição voltou a fazer parte do quadro da FUNDESC. Em janeiro de 1995 retornou para a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Cultura e Patrimônio Histórico/FUNDEPAH. Através da Lei nº3.631 de 5 de julho de 1995, passa a integrar a estrutura administrativa do Instituto de Difusão Artística e Cultural. Todos estes órgãos pertenceram, a Secretaria de Educação e Cultura em épocas distintas. Atualmente a Casa de Cultura João Ribeiro é administrada pela Fundação de Cultura e Arte Aperiipê de Sergipe - FUNCAP.

O Decreto estadual n. 2784, de 05 de abril de 1974 homologou o Estatuto da Casa de Cultura João Ribeiro para a atuação em várias frentes, a partir de dez objetivos: a) manter um Mini-museu de peças e obras de João Ribeiro; b) manter a Biblioteca Pública Municipal; c) prestar apoio às iniciativas culturais de Laranjeiras; d) prover intercâmbio com entidades ligadas à cultura; e) firmar através do DCPH, convênios com instituições similares; f) cooperar com as Instituições Culturais que existem ou venham existir em Laranjeiras; g) promover meios para a manutenção e desenvolvimento da cultura local;

h) promover atividades culturais no meio estudantil; i) promover cursos e seminários e; j) comemorar anualmente a data de nascimento de João Ribeiro. Já o Regimento Interno da Casa de Cultura João Ribeiro, datado de 1988, estabeleceu uma estrutura administrativa com quatro seções: uma Diretoria Geral (DG), contemplando uma secretaria; a Seção de Museologia e Museografia (SMM); a seção de Biblioteca Pública Municipal (BPM); o setor de programa Educativo-cultural (PEC). É possível perceber através do Estatuto e o Regimento, que a proposta da Casa de Cultura João Ribeiro pretende atender não apenas preservar à memória de João Ribeiro ao manter um Mini-museu, mas cumprir o objetivo geral de difundir e preservar a cultura da cidade de Laranjeiras.

4 - O Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro

O acervo museológico exposto na Casa de Cultura João Ribeiro foi doado por Emma Luzia Ribeiro Accioly, filha de João Ribeiro e pela neta Maria Marta de Silva. O livro de tomo da Casa de Cultura João Ribeiro conta com o registro de 518 documentos, compondo um acervo diversificado, distribuído em cinco coleções. De acordo com a professora Verônica Nunes “fazem parte desse acervo as coleções de Artes Plásticas, Documentos Impressos e Escritos, Iconografia, Condecorações, e Medalhas, Maquinaria e Tecnologia” (NUNES, 1999, P. 17-21).

Documentos Escritos, textos manuscritos e datilografados: são cartas, cartões, anotações. Documentos Impressos: artigos de jornais e revistas. Iconografia: fotografias em preto e branco. Parte do acervo da Instituição está associada à vida pública e privada de João Ribeiro. Em sua exposição, a Casa de Cultura João Ribeiro se utiliza mais de imagens que do próprio texto. Dessa forma faz com que o visitante conheça quem foi João Ribeiro e sua trajetória nacional e internacional, dando ênfase à Memória do escritor. Além do acervo museológico, o livro de tomo mantém discriminado o registro do acervo bibliográfico, que foi destinado ao uso pela comunidade. Composto por 196 documentos, a maior parte dos registros do acervo museológico diz respeito a livros (total de 223 registros), destacando-se 32 volumes de autoria de João Ribeiro e 14 volumes de Joaquim Ribeiro. A Coleção de Artes Plásticas conta com 62 objetos inscritos, constando quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e as obras de artistas como Clóvis Graciano, Alfredo Volpi, Cícero Dias, Elias Santos e Bené Santana.

5 - Considerações Finais

Levando-se em conta o que já foi observado, conclui-se que A Casa de Cultura João Ribeiro funciona como um agente de destaque na construção, preservação e comunicação da memória de João Ribeiro e contribui de forma significativa para a comunidade estudantil. É de grande relevância para a sociedade sergipana que o poder público responsável pela administração, mantenha a Casa de Cultura João Ribeiro de portas abertas, investindo em sua estrutura, ampliando o seu acervo para utilização do público em geral, mantendo dessa forma a sua função principal de instrumento de trabalho, cujo o uso ampliado permitirá não só a divulgação de acervos, como também a facilitação da pesquisa através de fontes possíveis de exploração e da revelação de novos campos temáticos.

Referências

Fontes:

Estatuto do Centro de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 1974.

Regimento do Centro de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 1988.

Jornais

Diário Oficial de Sergipe ano: 1972 nº 59B- 59 meses: janeiro a março Boletim Oficial n./71. Aracaju, 15 de dezembro de 1971.

Diário Oficial de Sergipe ano: 1972 nº 59B - 60 meses: abril – junho (Reg. n 585-1-1) maio de 1972.

Bibliografia

CARVALHO, Maria Sônia Santos. **Casa de Cultura João Ribeiro: uma nota explicativa.** In: NUNES, Verônica M. Meneses (Org.). Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro. São Cristóvão: UFS, 1999.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. **Do Objeto ao documento:** O tratamento documental do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras, Se, 2014. 1 CD-

ROM Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Disponível em <https://www.ri.ufs.br/handle/riufs/6949>. Acessado em 09 dezembro 2019.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. **A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro**. In: II Congresso Internacional de Museologia, 2012, Maringá- Paraná. II Congresso Internacional de Museologia. Maringá- Paraná: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012. V. II. P. 001-0013.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. **Memória e Comunicação na Casa de Cultura João Ribeiro**. Revista Museitec, v. I, p. 6, 2012.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. **A Casa de Cultura João Ribeiro como um agente formador de memória**. In: II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq, 2012, Aracaju. II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq. Aracaju, 2012. V. II.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: 2001.

COSTA, Marcos de Frias. **João Ribeiro bibliografia anotada e comentada**. São Paulo: Paulus Gráfica, 1998.

FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: UFS, 2007.

FREITAS, Itamar. **Erudição Histórica e Livro Didático de História na Primeira República**: as iniciativas de Silvio Romero e João Ribeiro. In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). Pluralidade de Saberes e Território de Pesquisa em Educação sob múltiplos olhares dos Sujeitos Investigadores. São Cristóvão: UFS, 2008, (p.75-81).

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: 1925

INFONETCULTURA. **Casa de Cultura João Ribeiro é reaberta ao público**. Publicado em 19 de novembro de 2004. Disponível: Acessado em 11 de dezembro de 2019.

LE GOFF, Jaques. **Monumento/Documento**. In: História e memória. 2 ed. Campinas/SP: Unicamp, 1992. p. 535-553.

LEÃO, Múcio. **João Ribeiro: Ensaio bibliográfico**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1954.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **João Ribeiro Sempre**. Aracaju: UFS, 1993.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

NUNES, Verônica M. Menezes; FREITAS, Itamar; CRUZ, Gabriela Z. Queiroz. **Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro.** São Cristóvão: UFS, 1999.

NUNES, Verônica Maria Menezes, LIMA, Luís Eduardo Pina. **Patrimônio Cultural.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

RIBEIRO, Joaquim. **9 mil dias com João Ribeiro.** Rio de Janeiro: Record, 1934.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **João Ribeiro e a historiografia no Brasil.** In: Capítulos de história da historiografia sergipana. São Cristóvão: Editora UFS/ Aracaju: IHGS, 2013.

SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade.** São Paulo, SP, 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História Social). Universidade de São Paulo, USP.

Internet:

Disponível em:

<https://www.ri.ufs.br/handle/riufs/6949>. Acessado em 09 dezembro 2019.

<http://jornalismoinfonet.com.br> 6949. Acessado em 11 de dezembro de 2019.

<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acessado em 16 de dezembro de 2019.

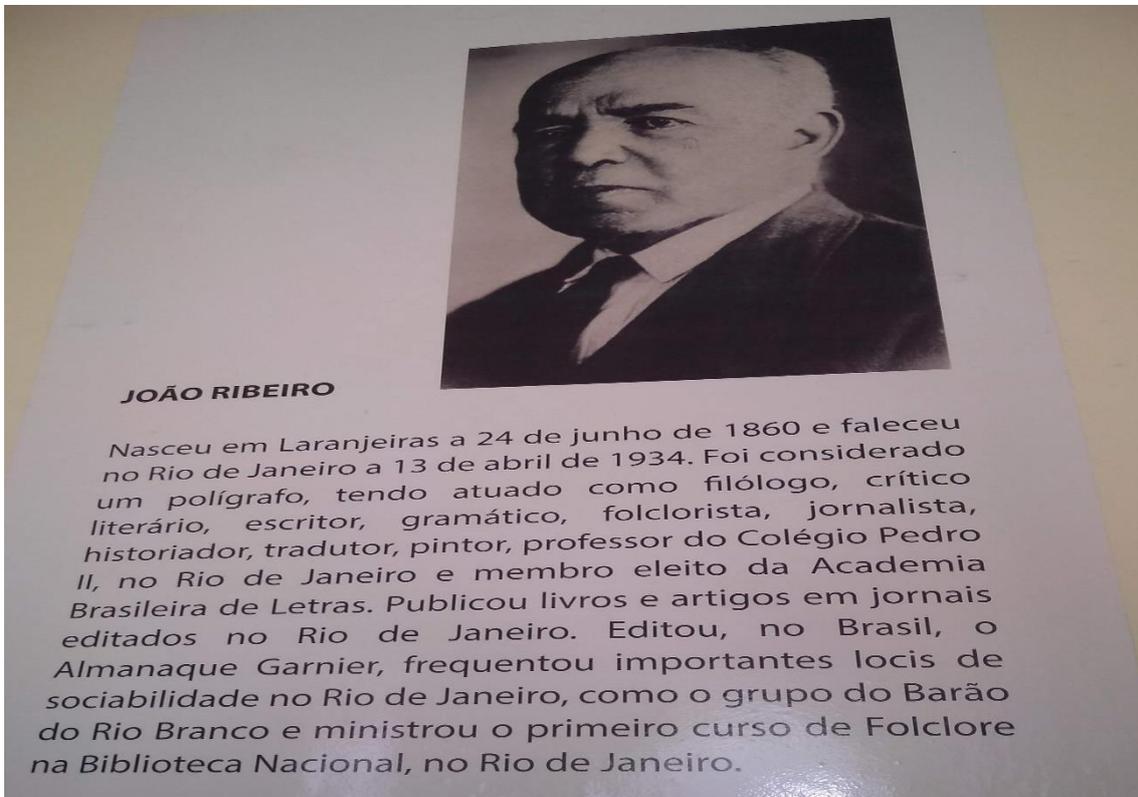
Anexos

Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro



Fonte: Google Maps. Laranjeiras. 2017.

Fotografia de João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Busto de João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Placa descerrada em 1972



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Placa descerrada em 1989



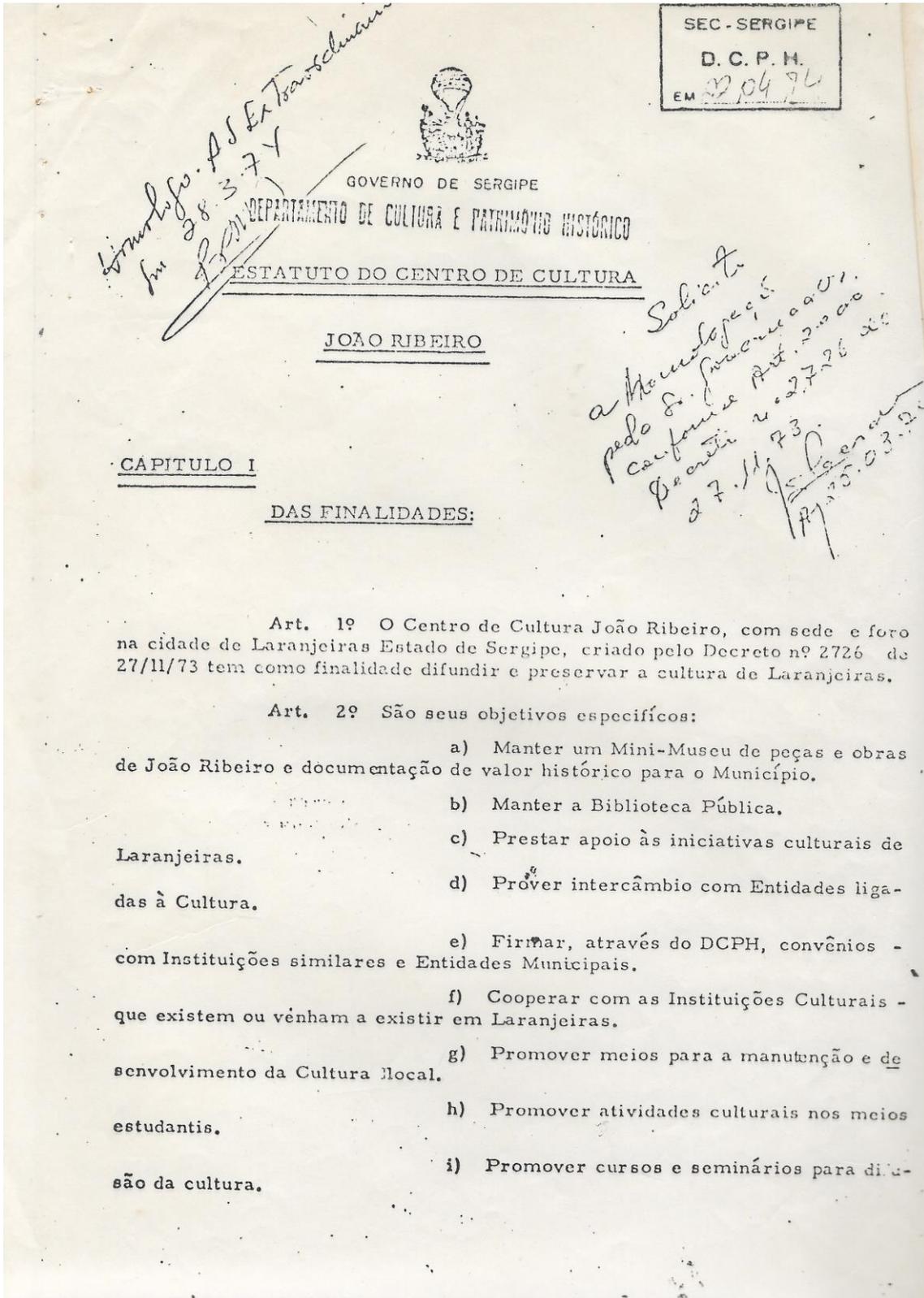
Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Placa descerrada em 2003



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Estatuto da Casa de Cultura João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.

Regimento da Casa de Cultura João Ribeiro

REGIMENTO DO CENTRO DE CULTURA

JOÃO RIBEIRO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artº. 1º - O Estado de Sergipe protegerá seu patrimônio museológico e cultural.

Parágrafo Único - O cumprimento das disposições relativas a proteção do acervo cultural e museológico do Município de Laranjeiras, caberá à Secretaria de Estado da Cultura, na forma do que dispuser este Regimento, através do Centro de Cultura João Ribeiro.

Artº. 2º - O Centro de Cultura João Ribeiro, integra a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura.

CAPÍTULO II

DO CENTRO DE CULTURA JOÃO RIBEIRO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA

Artº. 3º - Compete ao Centro de Cultura João Ribeiro

- I - Localizar, selecionar, recolher, inventariar, classificar, registrar, guardar e expor o acervo histórico, artístico e / ou documental referente a João Ribeiro;
- II - Proteger o acervo patrimonial e de interesse museológico e bibliográfico da cidade de Laranjeiras;
- III - Fornecer documentos a doadores particulares e a artistas que doem objetos de valor histórico ou artístico ao Centro de Cultura João Ribeiro;

Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Genivania Matos. Laranjeiras. 2020.